

NOVA DECISÃO

Área da Ceasa não será mais vendida

A área da Central de Abastecimento do Estado de Sergipe (Ceasa/SE) não será mais vendida. A informação é da assessoria de imprensa da Companhia de Desenvolvimento Hídrico e Irrigação de Sergipe (Cohidro), órgão estadual responsável pelo centro. Em reunião ocorrida recentemente com o governador Jackson Barreto, ficou determinado que o governo cederá o espaço para a Associação dos Usuários da Ceasa (Assucaju). “Não vamos dar [vender] a ninguém nem se impor [aos comerciantes], mas deveremos obedecer à Vigilância Sanitária Municipal”, teria proferido o chefe do Executivo estadual, de acordo com a assessoria.

A despeito dessa decisão, alguns comerciantes ouvidos pela reportagem afirmam desconhecer o destino do local. De acordo com o presidente da Assucaju, Augusto Gonçalves Neto, a desocupação do atual espaço só acontecerá quando uma nova sede for construída; essa possibilidade, no entanto, é considerada distante por ele.

Algumas mudanças já têm sido feitas pelos comerciantes, entre as quais o revestimento com azulejos dos locais de exposição de frutas e verduras. “A Cohidro só apresentou o croqui, mas não um novo projeto. Por experiência própria, de quem trabalha na Ceasa há mais de 20 anos, eu diria que essa mudança é sempre discutida [a cada governo], mas nunca dá em nada. [Até porque é] um projeto que não é só de um mandato ou de um governante, pois o órgão público tem que licitar a compra de terreno, o projeto. Depois disso, não se constrói [uma obra como essa] em dois, três anos”, frisou.

Gonçalves Neto afirma que a Assucaju está aguardando uma posição administrativa. “A Procuradoria-Geral do Estado entende que não deve haver um contrato entre a Cohidro e a associação, que teria que haver licitação. Uma coisa é certa: não vão tirar a gente [de lá]”, frisou.

Entenda o caso

Há cerca de três meses, Aristóteles Fernandes, diretor Administrativo da Cohidro, teria afirmado em audiência pública que “Sergipe não tem mais interesse em manter funcionando a Central de Abastecimento do Estado”. Com a decisão, o promotor de Justiça Daniel Carneiro forneceu à época um prazo de 30 dias para que o Estado apresente o que pretende fazer no local, incluindo o processo de retirada dos comerciantes do local.

Os motivos apresentados pela Companhia de Desenvolvimento Hídrico foram a péssima localização do local para o escoamento dos produtos, a estrutura antiga e defasada da área e a existência de um comércio varejista no local, característica essa que descaracteriza a Ceasa como uma central de abastecimento. “Dentro de 30 dias iremos apresentar um plano de como irão acontecer as deliberações e o melhor caminho a ser seguido. Intervir no Ceasa é hoje uma questão de saúde pública, porque o espaço atingiu um nível de precariedade altíssimo”, falou o promotor de Justiça, Daniel Carneiro.

“Essa situação tinha que ser resolvida pela administração que está responsável pelo local [a Assucaju], coisa que não vem sendo feita. Uma nova sede será construída, mas ainda não sabemos onde. Quanto às providências a respeito dos feirantes, eles precisarão esperar o prazo de 30 dias”, adiantou.